



Boletim Informativo nº 1
Periodicidade: Trimestral
Dez./ 2009 • Distribuição gratuita

INFO

AGÊNCIA
DE
REGULAÇÃO
ECONÓMICA

ARE: Avenida Cidade Lisboa - CP 785 – Tel: (+238) 260 0424/30 Fax: (+238) 261 1440 - www.are.cv

5 anos

2004 - 2009

ARE determina Tarifário de Base para Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros (TCUP)

Destaque:

A Agência de Regulação Económica, enquanto entidade competente para regular o Sector dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros, pretende determinar, no início do próximo ano, o tarifário de base para os Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros (TCUP).



Sumário:

Editorial	2
Destaque	2
Noticias	3
Espaço do consumidor —	8
Dados estatísticos	9
Saiba mais	12

... tarifa de base
uma solução à
vista no sector
dos TCUP.

”





Caro leitor,

Nesta segunda edição dedicamos especial atenção ao Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Produtos Petrolíferos, aprovado pelo decreto-lei 19/2009 de 22 de Junho, que entrou em vigor a 21 de Agosto passado.

O leitor ficará a conhecer quais são os factores subjacentes à formação de preços dos produtos petrolíferos em Cabo Verde e, consequentemente, os parâmetros que configuram a fórmula de preços máximos de venda ao consumidor final. Alguns parâmetros têm ainda carácter provisório, uma vez que definimos um período de ajustamentos que se estenderá até Fevereiro do próximo ano.

Outro sector que merece destaque nesta edição é o referente aos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros, o qual, como se sabe, é regulado, para além da ARE, por mais duas entidades: as Câmaras Municipais com responsabilidades na definição e concessão das linhas, e a Direcção dos Transportes Rodoviários que se ocupa, essencialmente, da regulação técnica.

A ARE pretende introduzir maior rigor, consistência e previsibilidade na regulação económica do Sector dos Transportes Colectivos Urbanos, razão pela qual lançou mãos de um concurso para a selecção de um consultor que vai definir o tarifário de base e elaborar um manual com os procedimentos e critérios de revisão de preços.

Aproveitamos a oportunidade para apelar à participação de todos os interessados na regulação dos TCUP, com especial destaque para as Câmaras Municipais que têm responsabilidades na definição das linhas e licenciamento dos operadores.

Ainda, neste caderno, fazemos o ponto de situação dos diferentes sectores que regulamos, disponibilizando aos nossos leitores informações sobre preços dos combustíveis, tarifas de água e de electricidade e preços dos transportes. Ainda, informações sobre a evolução dos preços de vendas dos combustíveis, sustentadas por ilustrações, gráficos e tabelas que permitem a sua rápida interiorização e compreensão.

João Renato Lima
*Presidente do Conselho
de Administração*

ARE determina Tarifário de Base para Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros (TCUP)

A Agência de Regulação Económica, enquanto entidade competente para regular o Sector dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros, pretende determinar, no início do próximo ano, o tarifário de base para os Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros (TCUP).

Actualmente, existe em Cabo Verde 5 empresas licenciadas, sendo duas na Cidade da Praia: Moura Company e Solatlântico, e três no Mindelo: Transcor, Sotral e Transporte Amizade.

Em relação ao Tarifário, as actualizações dos preços dos bilhetes são efectuadas apenas com base na variação do preço de combustível e do Índice de Preço no Consumidor, conforme o Regulamento em vigor.

Entretanto, a Agência de Regulação Económica já lançou o concurso para a elaboração do estudo sobre a elaboração do tarifário de base dos TCUP e, neste momento, sabe-se que duas empresas já apresentaram propostas técnica e financeira, cabendo à ARE escolher a melhor e dar início efectivo ao referido estudo.

O estudo será desenvolvido em três etapas, a saber: caracterização do Sector dos TCUP; elaboração do Manual do Cálculo para Determinação da Tarifa e o Desenho e do aplicativo informático. Os critérios metodológicos e procedimentos de cálculo para revisão das tarifas constarão do referido Manual.

A ARE pretende, assim, aumentar os níveis de consistência, previsibilidade e transparência na actualização das tarifas, protegendo os interesses dos consumidores e garantido aos operadores justa remuneração dos investimentos e cobertura dos custos operacionais elegíveis.

Contudo, sendo a regulação do Sector uma actividade conjunta, a ARE conta, para o sucesso do estudo, com a colaboração das Câmaras Municipais e da Direcção Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR) e com a colaboração das Associações de Defesa dos Consumidores.

Recorda-se que a Agência de Regulação Económica faz a regulação económica do sector, a Direcção Geral dos Transportes Rodoviários a responsabilidade de fazer a regulação técnica (especificações técnicas dos autocarros) e as Câmaras Municipais têm responsabilidades de promover o concurso para a definição e atribuição de linhas, como entidade concedente.



Notícias

Novos preços máximos de venda dos combustíveis em vigor a partir das 00H00 do dia 8 de Dezembro



A Agência de Regulação Económica estabeleceu novos preços máximos de venda dos combustíveis, **com entrada em vigor a partir das 00 horas do dia 8 de Dezembro**, ao abrigo no artigo 11º do Decreto-Lei nº 27/03, de 25 de Agosto e no Decreto-Lei nº 19/09, de 22 de Julho, que define os princípios orientadores e a fórmula de cálculo dos preços máximos de venda ao consumidor final.

Assim, conforme a nova tabela, o gasóleo que antes era vendido a 91,70 ECV/L passou a ser vendido a 93,30 ECV/L, a gasolina que antes era vendida a 137,10 ECV/L passou a ser vendida agora a 133,60 ECV/L e o gás butano que era vendido a 131,30 ECV/KG passou a ser vendido a 136,20 ECV/KG.

De acordo com a nova fórmula de cálculo dos preços máximos de venda ao consumidor final (PMVCM), o parâmetro CP, que representa os custos ligados à importação dos produtos petrolíferos, é indexado à cotação do mercado internacional.

Nesta actualização, para além da oscilação das cotações FOB é também considerada as reduções registadas nos custos de frete para os combustíveis líquidos, de acordo com o resultado do novo concurso internacional, realizado em Setembro de 2009.

Os novos preços máximos de venda ao consumidor final dos combustíveis regulados, **a vigorar de 8 de**

Dezembro de 2009 até 5 de Fevereiro de 2010, foram determinados com base na evolução da média diária das cotações do “Platts European Market Scan” e “Platts LP Gaswire”, que fornecem a evolução dos preços dos derivados do petróleo no mercado internacional, durante os meses de Outubro e Novembro de 2009, e nos novos custos de frete.



ARE atribui Prémio a Melhor Aluno/2009 da UNIPIAGET



A Agência de Regulação Económica (ARE) atribuiu, no dia 27, um prémio ao Melhor Aluno do curso de Economia e Gestão da Universidade

Jean Piaget de Cabo Verde, de acordo com o protocolo de cooperação assinado, no ano passado, entre as duas instituições com vista ao estreitamento das relações, promoção da cooperação mútua e sensibilização dos estudantes universitários para o tema Regulação.

O prémio, no valor de 250 mil escudos, foi atribuído ao melhor aluno finalista do curso de Economia e Gestão do ano lectivo findo, e enquadrava-se no âmbito da cerimónia de abertura do ano lectivo 2009/2010 da UNIPIAGET.

O protocolo de cooperação assinado entre as duas instituições consiste em estimular a realização de trabalhos, pelos estudantes, sobre temas do âmbito da intervenção da Agência de Regulação Económica e também promover a realização de investigações e sondagens no âmbito de actuação de ambas as instituições;

Este protocolo de cooperação assinado com a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde tem um prazo limite de dois anos e pode ser renovado tacitamente por igual período se não houver denúncia por uma das partes.

Refira-se que a Agência de Regulação Económica lançou também no ano passado o Prémio Regulação/2009 para os Jornalistas, que apresentarem o melhor trabalho sobre o tema Regulação, o qual será atribuído em Janeiro do próximo ano. Para mais informação consultar o regulamento no site www.are.cv.



Notícias

ARE faz balanço positivo da Apresentação Pública do N



A Agência de Regulação Económica realizou, nos dias 21, 22 e 23 de Outubro de 2009, nas ilhas de São Antão e São Vicente, sessões públicas de esclarecimento sobre o Novo Mecanismo de Fixação dos Preços dos Produtos Petrolíferos, no âmbito das suas atribuições de protecção dos direitos e interesses dos consumidores em matéria de preços.

Esses encontros visam, por um lado, esclarecer os consumidores sobre os princípios orientadores do novo mecanismo de fixação de preços; criar uma via de diálogo com o grande público e recolher subsídios para a elaboração do regulamento que será submetido à consulta pública; informar e esclarecer os utentes dos serviços regulados e a sociedade civil sobre as actividades reguladoras levadas a cabo pela ARE no sector dos combustíveis. Por outro lado, projectar a imagem institucional da Agência, divulgando o seu papel no seio da sociedade cabo-verdiana.

A primeira sessão pública de esclarecimento aconteceu na Ilha de Santo Antão, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Ribeira Grande, sito na Vila de Ponta do Sol, no dia 21 de Outubro de 2009, onde participaram, além do Presidente da Câmara Municipal, Orlando Delgado, e do Vereador de Relações Institucionais, cerca de 50 pessoas afectas e interessadas no sector, tendo contribuído com questões e sugestões interessantes sobre o novo mecanismo de fixação de preços dos combustíveis.

A sessão de abertura foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da ARE, João Renato Lima, que saudou o Presidente da Câmara Municipal da R^a Grande e os participantes, explicando que a realização do evento naquele concelho se enquadrava numa política de descentralização da comunicação da Agência de Regulação Económica, tendo como meta abranger todas as ilhas do arquipélago.

Após a apresentação do Novo Mecanismo pelos técnicos da ARE, o Presidente do Conselho de Administração pronunciou-se sobre a discrepância dos preços da gasolina e do gasóleo e esclareceu algumas terminologias técnicas utilizadas durante a apresentação.

João Renato Lima aproveitou ainda a ocasião para clarificar os presentes que a questão da concorrência entre as petrolíferas, ao contrário do que foi veiculado na comunicação social, não é o aspecto mais importante do Novo Mecanismo de Fixação dos Preços dos Combustíveis.

Por sua vez, o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Orlando Delgado, na posse da palavra, reiterou as felicitações à ARE pela realização do evento e colocou-se a disposição para este tipo de trabalho de sensibilização e utilidade pública.

Na sua intervenção, Orlando Delgado colocou a sua preocupação quanto à possibilidade da diferenciação dos preços entre as ilhas e os cuidados que devem ser observados em relação às ilhas periféricas e os meios rurais; sugeriu também que a ARE deva passar a fixar os preços de água a nível nacional, tirando esta responsabilidade das câmaras municipais; inferiu ainda sobre a carga fiscal da gasolina e do gasóleo, as ineficiências das empresas petrolíferas, a demora do Governo na criação da Empresa de Logística Comum e sobre o *timming* para a actualização dos preços.

Depois da sessão do debate, o Presidente do Conselho de Administração da ARE respondeu às questões colocadas, elogiando o nível das perguntas e agradeceu a todos os presentes pela participação e pelos contributos.

A segunda sessão de esclarecimento foi realizada no Concelho de Porto Novo, na sala de Conferências do Hotel Santo Antão Art Resort, às 15 horas do dia 22 de Outubro de 2009. Após a apresentação do novo mecanismo, o Presidente da ARE, João Renato Lima respondeu a todas as questões levantadas e encerrou o evento tecendo algumas considerações gerais sobre o novo mecanismo de fixação dos preços dos combustíveis, agradecendo a participação dos presentes.

Em S. Vicente, o evento teve lugar na sala de Conferências do Instituto Marítimo e Portuário, do dia 23 de Outubro de 2009, e contou com a presença de cerca de 30 pessoas, das quais participaram activamente com questões e sugestões sobre o novo mecanismo





Novo Mecanismo nas ilhas de S. Vicente e Santo Antão

de fixação dos preços dos combustíveis.

João Renato Lima aproveitou a ocasião para clarificar a ideia equivocada que foi passada, na altura da entrada em vigor do decreto-lei que aprova o novo mecanismo de fixação de preço dos combustíveis, pelos *media* sobre a relação directa do novo mecanismo a e a concorrência entre as petrolíferas, explicando de forma clara que este é um objectivo a médio prazo, uma vez que será consequência das melhorias que serão introduzidas com o novo sistema regulatório.

Após a sessão de debate, o Presidente do Conselho de Administração da ARE respondeu a todas as questões que lhe foram levantadas e agradeceu a todos pela participação e explicou que o evento se enquadrava numa nova postura da Agência de Regulação Económica e que, sendo esta uma matéria de utilidade pública, a ARE tem todo o interesse em ser transparente e manter a opinião pública informada quanto ao processo de regulação do sector dos combustíveis, lembrando que a regulação é um processo complexo, uma vez que visa harmonizar interesses, muitas vezes, antagónicos.

Podemos concluir que adesão foi muito boa e os participantes mostraram uma total abertura para entender os pressupostos do Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Combustíveis, prova disso é a qualidade das intervenções e dúvidas apresentadas ao longo das sessões de esclarecimentos realizadas.

Uma das grandes preocupações levantadas pelos participantes tem a ver com questão da concorrência que, segundo os órgãos de comunicação social, seria introduzida pelo regime de preço máximo. O Presidente do Conselho de Administração da ARE aproveitou para esclarecer vários aspectos à população, mostrando que a concorrência não é a principal vantagem deste novo mecanismo, mas sim um objectivo a médio prazo, uma vez que será uma consequência das melhorias que serão introduzidas no sector.

Outra preocupação manifestada entre os participantes foi a questão de uma maior participação dos consumidores, através da ADECO, nas tomadas de decisão de actualização dos preços. Quanto a isto, o Pre-



sidente do Conselho de Administração explicou como é que as decisões são tomadas e reiterou o interesse da ARE em ter a Associação de Defesa dos Consumidores como uma parceira, e não como inimiga.

As sessões de esclarecimento também serviram para chamar a atenção das pessoas para os aspectos que estão fora da jurisdição da ARE - como é o caso do Imposto sobre Valor Acrescentado, o IVA, e a Taxa de Manutenção Rodoviária - impostos que cabe ao Governo e a Assembleia Nacional qualquer decisão.

Além disso, foi importante esclarecer a opinião pública que as vantagens deste novo regime advêm do estímulo à eficiência e à racionalidade da gestão das empresas do sector que, a partir de agora, serão incentivadas a reduzir seus custos.

Nos concelhos da R^a Grande e do Porto Novo, onde a ARE deslocou-se pela primeira vez, as sessões de esclarecimento constituíram uma oportunidade de informar, esclarecer e dar a conhecer aos consumidores daquela ilha as actividades levadas a cabo pela ARE e os sectores por ela regulados;

Através das sessões presenciais de esclarecimento, a ARE colocou-se mais próxima do grande público, rompendo barreiras de espaço e distância e dando uma oportunidade mais concreta aos cabo-verdianos que queiram, efectivamente, conhecer a actividade reguladora e os aspectos que afectam o sector dos combustíveis no País.

A comunicação directa, face a face, realizada nas sessões públicas de esclarecimento foi uma excelente oportunidade para a ARE ajustar a mensagem e a linguagem aos diferentes públicos e aos diferentes níveis de compreensão sobre o assunto; obter um feedback mais rápido por parte dos públicos de interesse; fornecer informações pormenorizadas para uma análise mais sólida por parte da opinião pública, e projectar e fortalecer a imagem e a aproximação da Instituição com os diversos *stakeholders*.



Notícias

Águas de Porto Novo tem nova tarifa variável (Te)



A Agência de Regulação Económica procedeu, a partir de 29 de Outubro, à revisão do valor máximo para o parâmetro **Tarifa Variável** correspondente ao custo de Energia (Te) a aplicar

na fórmula de cálculo da facturação mensal de água vendida pela empresa Águas de Porto Novo ao Município do Porto Novo.

Assim, o Parâmetro (Te) passará a ser de 57,79 ESC/m³.

Esta decisão justifica-se pelo aumento do preço do gásóleo no mercado nacional e foi tomada, com base na fórmula de cálculo aprovada pela Instrução n.º 2/08 da ARE, e ao abrigo do disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 27/03 de 25 de Agosto e no artigo 54º da Lei n.º 84/II/84 de 18 de Junho.

Água de Porto Novo (APN) é uma empresa privada de produção de água dessalinizada que garante o fornecimento de água ao município de Porto Novo, Santo Antão. Possui uma capacidade instalada de 1000 m³/dia e com uma produção situada à volta de 500m³/dia.

Recorde-se que a ARE tem efectuado várias visitas às instalações da APN, no concelho de Porto Novo, com o objectivo de obter as informações e criar condições para uma regulação de preço que seja equilibrada.

ARE promove Apresentação Pública do Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Combustíveis na Praia

A Agência de Regulação Económica, enquanto entidade competente para a fixação de preços dos combustíveis, promoveu, no dia 1 de Outubro, na Biblioteca Nacional, uma sessão pública de esclarecimento sobre o Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Combustíveis.

Participaram no encontro, várias pessoas ligadas ao sector dos combustíveis, entre as quais os represen-



tantes da Shell e Enacol na Praia, responsáveis dos postos de venda, representante da associação dos consumidores, representante do Governo, dirigentes dos serviços do Estado e deputados da nação.

Após a apresentação do Novo Mecanismo de fixação de preços dos combustíveis, os participantes colocaram várias questões, dúvidas e preocupações sobre esse regime de preços máximos, que foram respondidas pelo Presidente do Conselho de Administração da ARE, João Renato Lima.

Recorda-se que o Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Combustíveis surge na sequência do Decreto-Lei n.º 19/2009 de 22 de Junho, aprovado pelo Governo, face à necessidade de se introduzir maiores incentivos para a redução de custos, promoção da eficiência e realização de investimentos no sector dos combustíveis.

Com este novo regime de preços máximos irá permitir actualizações de preços em períodos mais curtos e com maior cadência, já que o preço máximo de venda dos combustíveis ao consumidor final será objecto de revisão periódica (de 2 em 2 meses), entre outros motivos, para reflectir as oscilações do custo de aquisição do produto no mercado internacional.

Esta apresentação pública enquadra-se no âmbito de um plano de divulgação do Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Produtos Petrolíferos que a ARE pretende levar a cabo a todas as ilhas e concelhos do País, entre Outubro e Dezembro do ano em curso. A próxima sessão pública será em S. Vicente e S. Antão, nos dias 21, 22 e 23 de Outubro de 2009.

ARE fixa preços máximos de venda dos combustíveis pela primeira vez em Cabo verde

A Agência de Regulação Económica, ao abrigo do disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 27/2003 de 25 de Agosto e no Decreto-lei n.º 19/2009 de 22 de Julho, que define os princípios orientadores e a fórmula de cálculo dos preços máximos de venda dos produtos petrolíferos ao consumidor final, estabeleceu novos preços de venda dos combustíveis com base no novo mecanismo de fixação de preços dos combustíveis, a vigorar a partir das 00 horas do dia 29 de Agosto.





De acordo com a nova tabela de preços máximos, o Gasóleo normal que custava 76,40 esc/L vai passar a custar 90,90 esc/L e a Gasolina que antes custava 96,70 esc/L vai passar agora a custar 138,10 esc/L. Recordase que anteriormente, para além do preço normal dos combustíveis, gasóleo normal e gasolina, eram adicionados os 7 escudos da Taxa de Manutenção Rodoviária. Agora, com o novo mecanismo de fixação de preço dos combustíveis, os preços máximos já incluem esse valor da Taxa de Manutenção Rodoviária, que incidem sobre os preços da gasolina e o gasóleo normal.

De acordo com a nova fórmula de cálculo dos preços máximos de venda ao consumidor final (PMVCF) o parâmetro CP que representa os custos ligados à importação dos produtos petrolíferos passa a ser indexado a cotação do mercado internacional com ajustes bimestrais baseados na média dos dois meses precedentes, sendo os ajustes efectuados no decorrer dos primeiros cinco dias úteis de cada bimestre.

Ainda, a ARE informa que para o início do processo foi utilizada a média das cotações do “Platts Market Scan” dos meses de Junho e Julho 09 para a determinação do parâmetro CP, que irá vigorar até 7 de Outubro 09. Os parâmetros CUGSL (Custo unitário de gestão do sistema de logística) e MMUD (margem máxima de distribuição) provisórios permanecerão inalterados até ao final do período de transição, de Agosto de 2009 a Fevereiro de 2010.

Conferência de Imprensa sobre Novo Mecanismo de Fixação de Preços dos Combustíveis

A Agência de Regulação Económica, enquanto entidade competente para efeitos de aplicação das disposições do decreto-lei 19/2009, que estabelece o novo mecanismo de fixação de preços dos produtos petrolíferos, promoveu, no dia 21 de Agosto, uma Conferência de Imprensa com vista a esclarecer a opinião pública como irá funcionar na prática o novo regime de preços máximos de venda ao consumidor final.

O novo regime institui o Preço Máximo (Price Cap) como mecanismo de fixação de preços dos produtos petrolíferos para o consumidor final e serviços prestados pelas empresas que operam no sector, o que permite recuperar custos elegíveis justos sobre o capital investido, ao contrário do regime anterior - Preço Fixo (Cost Plus), que permitia a recuperação de todos os custos via preços ou subsídios.

Durante a conferência de imprensa, o administrador responsável pelo pelouro de Energia e Combustíveis

da ARE, Rito Évora, fez uma apresentação sobre o novo mecanismo de fixação de preços dos produtos petrolíferos e explicou as vantagens, os fundamentos e as metodologias da determinação dos parâmetros de Custos de Importação dos produtos petrolíferos (CP), de Custo Unitário de Gestão do Sistema de Logística (CUGSL) e da Margem Máxima Unitária de Distribuição (MMUD) e da fórmula de cálculo do Preços Máximos de Venda ao Consumidor Final (PMVCF).



Rito Évora, Administrador responsável pelo Pelouro Energia e Combustíveis

Rito Évora afirmou que tendo em conta a complexidade do processo e a extensão das alterações a executar, a Agência de Regulação Económica optou por fazer uma transição faseada iniciando a implementação do novo regime com um período probatório que irá decorrer de Agosto a Fevereiro de 2010, período durante o qual serão aplicados valores provisórios para os parâmetros “CUGSL” e “MMUD”, e será discutido, finalizado e implementado o regulamento detalhado de cálculo dos parâmetros da fórmula do PMVCF.

A nova lógica de regulação impõe uma profunda revisão das metodologias até agora utilizadas na fixação de preços, como também aumenta as exigências em termos de fluxo de informações a fornecer por parte das reguladas para a cabal implementação do regime estabelecido, cabendo à ARE, de acordo com o decreto-lei nº19/2009, a responsabilidade de regulamentação detalhada do referido diploma.

Ao longo da sua intervenção, Évora avançou que o projecto de regulamentação já está em fase avançada de concepção, estando previsto a sua conclusão para finais de Setembro 2009, data em que se dará início ao primeiro exercício tarifário de determinação dos parâmetros CUGSL e MMUD de base, que serão aplicados durante o próximo período regulatório de 5 anos, a iniciar em Fevereiro de 2010.

Espaço do Consumidor

PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE O NOVO MECANISMO DE FIXAÇÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

1. Porquê um novo mecanismo de fixação de preços dos combustíveis?

Porque, dada a pequenez do mercado retalhista dos combustíveis, a periodicidade das importações, dado o peso dos custos de importação na formação do preço final e a eliminação completa da lógica de subsídios do Estado às petrolíferas, se identificou a necessidade de se dispor de um mecanismo que fosse capaz de:

- ▶ Assegurar os custos de importação;
- ▶ Incentivar a busca de eficiência na compra;
- ▶ Introduzir transparência e previsibilidade no processo
- ▶ Ser justo para os consumidores.

2. Quais são as diferenças entre o antigo regime de Preços-Fixos e o novo regime de Preços-Máximos?

No regime de preços fixos (cost plus) as empresas reguladas não podiam vender nem acima, nem abaixo do preço fixado pela ARE.

A recuperação de todos os custos era garantida por via da fixação dos preços, ou então por via de subsídios do Estado, para compensar as perdas quando os custos eram superiores ao produto das vendas.

Já no novo regime há um preço máximo (price cap), fixado pela ARE, e as empresas podem praticar preços abaixo deste limite.

A recuperação dos custos é garantida pelos ganhos de eficiência que cada uma das empresas conseguir introduzir nas suas actividades.

Para além disso, o novo regime estabelece actualizações de preços com menores intervalos de tempo, de dois em dois meses, para, entre outros motivos, reflectir as oscilações do custo de aquisição dos produtos no mercado internacional.

3. Que vantagens o novo mecanismo irá trazer para o consumidor?

A principal vantagem do novo regime é o estímulo à eficiência dos operadores. Os ganhos conseguidos na redução dos custos terão reflexos positivos na revisão dos preços máximos, decorrido período regulatório definido;

Mas, há ainda outros benefícios que se deve destacar:

A aplicação de regras claras e justas para a fixação dos preços dos combustíveis;

A previsibilidade e a transparência no processo re-

gulatório, o que contribui para a sustentabilidade de todo o sistema energético;

A criação de condições para a introdução de alguma concorrência na venda a retalho dos produtos petrolíferos;

A informação clara e pronta ao consumidor, por via da obrigatoriedade de informar os consumidores, inclusivamente em todos os postos de abastecimento de combustíveis, sobre os preços em vigor.

4. Com o novo regime de preços máximos, os combustíveis ficarão mais baratos?

Não, necessariamente. O que o novo regime garante é que os abaixamentos nos custos, em especial os de importação, irão reflectir-se de uma forma rápida, real e justa no abaixamento dos preços dos combustíveis. Também deve-se dizer que em sentido inverso, os aumentos dos custos de importação devem reflectir-se na elevação dos preços. Mas, isto que parece ser uma penalização para o consumidor, para além de ser justo e transparente, beneficia indirectamente os consumidores, na medida em que as empresas petrolíferas não perderão a capacidade de continuar a investir e de tentar melhorar as suas condições de operação no mercado.

Enfim, o que conta nesta matéria são factores como equilíbrio de vantagens para o fornecedor e o comprador; justiça, transparência de métodos e eficiência dos operadores, o que ao fim e ao cabo determina a distribuição dos combustíveis ao consumidor final nas melhores condições possíveis de preço, com segurança no abastecimento.

5. A receita do Estado aumenta com o novo regime de fixação dos preços?

Não. O regime de arrecadação de impostos não sofreu nenhuma alteração, o que quer dizer que estando o preço indexado ao custo de importação, a receita do Estado evolui de acordo com a evolução dos preços no mercado internacional.

Ou seja, se o preço no mercado internacional aumenta a receita do Estado também aumenta já que o imposto é calculado em cima do custo. E se os preços diminuem as receitas do Estado também diminuem.

6. Como é que se calcula o Preço Máximo de Venda dos produtos petrolíferos ao Consumidor Final?

A fixação do Preço Máximo de Venda leva em conta determinados factores como os Custos de Importa-

ção; Custos de Logística; Custos de Distribuição, bem como Impostos, Taxas e Arredondamentos. Todos estes factores são incorporados numa fórmula clara e facilmente verificável.

Ou seja, o Preço Máximo de Venda será o resultado da soma destes factores, sendo que o arredondamento poderá ser para mais ou para menos.

Mas, antes de tratarmos da fórmula de fixação dos preços máximos, talvez seja mais fácil começar pelo cálculo dos factores que o compõem.

6.1 Como se calculam os Custos de Importação ou custo de Aquisição do Produto no Mercado Internacional (CP)?

A fórmula de cálculo do CP é a seguinte:

$$CP = FOBr + PF + DA + CA$$

ONDE SE LÊ:

FOBr - Preço FOB referência, obedecendo as seguintes cotações diárias:

Gasolina - Média High e Low FOB MED Basis para gasolina 10ppm publicado no platts European Marketscan;

Gasóleo - Média do High e Low FOB MED Basis para gasóleo 0.1% publicado no platts European Marketscan;

Fuel 380 - Média do High e Low FOB MED Basis para Fuel 3.5% publicado no platts European Marketscan;

Butano - Média do High e Low FOB WEST MED Basis e Northwest Seagoin para Butano publicado no platts LPGaswire;

Petróleo - Média do High e Low C&F ARA para JET A1 publicado no platts European Marketscan;

PF - Premium do fornecedor, estipulado nos contratos de importação conjunta e adjudicados por concurso internacional, com supervisão da ARE;

DA - Direitos alfandegários e impostos aduaneiros calculados de acordo com a legislação vigente;

CA - Custos adicionais de importação que incluem:

- ▶ Seguros, despesas financeiras, taxa pipeline/sealine
- ▶ Despachante
- ▶ Custo financiamento de stock
- ▶ Perdas oceânicas

6.2 Como se calcula o Custo da Logística ou custo Unitário de Gestão do Sistema de Logística (CUGSL)?

O Custo da Logística é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$CUGSL = CEL + O + FM + PL + RL$$

ONDE SE LÊ:

CEL - Custos de exploração logística

O - Custos Administrativos / sobre custos

FM - Frete Marítimo

PL - Perdas de armazenagem e transporte marítimo inter-ilhas

RI - Retorno sobre Investimentos

6.3 Como se calcula o Custo de Distribuição ou Margem Máxima Unitária de Distribuição (MMUD)?

O custo da Distribuição (MMUD) calcula-se pela fórmula seguinte:

$$MMUD = CCM + CTT + O + RI$$

ONDE SE LÊ:

CCM - Custo de Exploração e Distribuição

CTT - Custo de Transportes Terrestres

O - Custos Administrativos / sobre custos

RI - Retorno sobre Investimentos

7. Então, como é que se calcula o Preço Máximo de Venda dos produtos petrolíferos ao Consumidor Final?

O Preço Máximo de Venda ao Consumidor Final (PMVCF) por unidade / litro / kg é calculado de acordo com a fórmula seguinte:

$$PMVCF = CP + CUGSL + MMUD + IVA + \text{Outros impostos e taxas} \pm ARR$$

ONDE SE LÊ:

PMVCF - Preço Máximo de Venda ao Consumidor Final por unidade (litro ou kg);

CP - Custo de Importação ou Custo de Aquisição do Produto no Mercado

Internacional, incluindo custos de seguros de transporte marítimo

Internacional e despesas adicionais de importação;

CUGSL - Custo de Logística ou Custo Unitário de Gestão do Sistema de

Logística, que incorpora os custos relacionados com a gestão das instalações de armazenagem, incluindo o retorno sobre o capital investido e o transporte marítimo inter-ilhas;

MMUD - Custo de Distribuição ou Margem Máxima Unitária de Distribuição e Venda a Retalho;

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado;

Outros impostos e taxas - Inclui as outras componentes fiscais e taxas em vigor não incluídas nos demais parâmetros (Taxa de Manutenção Rodoviária);

ARR - Arredondamento.

Dados Estatísticos

Histórico das actualizações dos preços dos combustíveis - 2004/2009

	Jun-2004	Nov-2004	Ago-2005	Abr-2006	Nov-2006	Jan-2007	Out-2007	Mar-2008	Jun-2008	Set-2008	Out-2008	Nov-2008	Dez-2008	Jan-2009	Mar-2009	Ago-2009	Out-2009	Dez-2009
Gasolina - Esc/Litro	110,00	120,00	132,00	145,00	125,80	123,40	145,50	145,80	154,60	178,30	178,30	160,00	160,00	160,00	96,70	138,10	137,10	133,60
Petróleo - Esc/Litro	44,00	45,00	45,00	74,00	87,00	80,00	78,60	78,60	78,60	83,50	83,50	83,50	83,50	83,50	83,50	68,70	69,10	70,80
Gasóleo - Esc/Litro																		
Venda nos Postos de Venda	63,00	69,00	75,00	90,00	85,30	85,20	94,20	106,30	120,40	132,00	125,10	125,10	125,10	112,40	76,40	90,90	91,70	93,30
Venda para produção de Electricidade							85,34	94,30	113,08	124,69	117,78	117,78	117,78	105,07	69,92	76,80	77,60	79,20
Venda a Marinha Nacional	41,50	47,00	54,00	67,40	64,60	64,60	68,60	78,70	91,40	101,20	95,40	95,40	95,40	84,60	54,20	62,70	63,40	64,80
Fuel - Esc/Kg																		
180	30,20	30,20	30,20	49,40	50,84	46,20	46,20	51,74	59,35	72,33	67,17	56,95	56,95	56,95	56,95	55,70	57,50	57,50
380	25,30	25,30	25,30	40,70	43,18	39,24	39,24	43,95	51,11	62,11	57,16	44,91	44,91	44,91	44,91	49,10	51,10	50,90
Butano																		
Garrafas de 3 Kg	270,00	270,00	290,00	395,00	460,00	404,00	385,00	411,00	411,00	433,00	433,00	416,00	350,00	350,00	350,00	360,00	374,00	388,00
Garrafas de 6Kg	570,00	570,00	645,00	830,00	975,00	852,00	811,00	866,00	866,00	913,00	913,00	875,00	737,00	737,00	737,00	758,00	788,00	817,00
Garrafas de 12,5 Kg	1.350,00	1.500,00	1.675,00	1.810,00	2.030,00	1.774,00	1.690,00	1.804,00	1.804,00	1.901,00	1.901,00	1.824,00	1.535,00	1.535,00	1.535,00	1.580,00	1.641,00	1.702,00
Garrafas de 55 Kg	5.940,00	6.600,00	7.370,00	7.950,00	8.945,00	7.805,00	7.435,00	7.937,00	7.937,00	8.366,00	8.366,00	8.025,00	6.754,00	6.754,00	6.754,00	6.952,00	7.221,00	7.489,00
Consumo Industrial (o Kg)	108,00	120,00	134,00	144,60	162,60	141,92	135,18	144,30	144,30	152,10	152,10	145,90	122,80	122,80	122,80	126,40	131,30	136,20

Gráfico 1

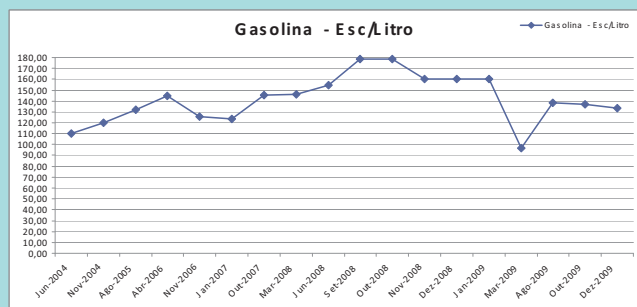


Gráfico 2

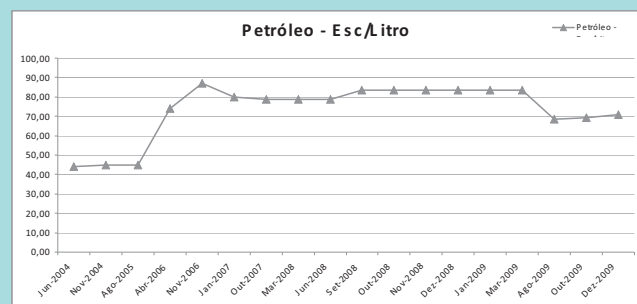


Gráfico 3

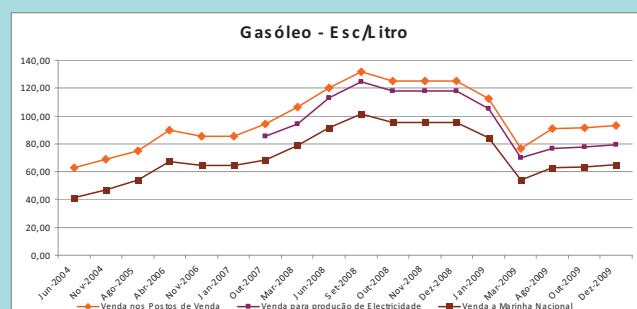


Gráfico 4

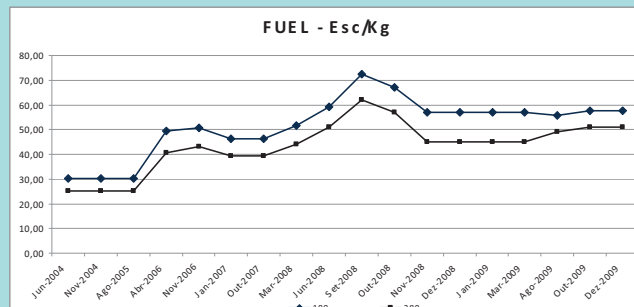
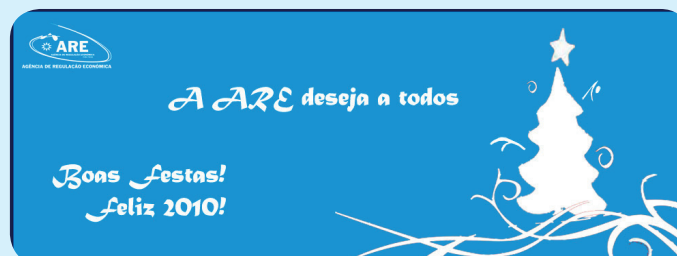
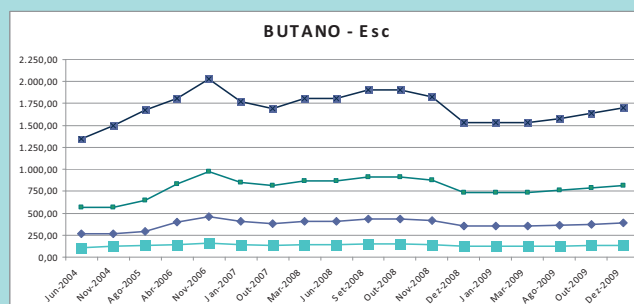


Gráfico 5



Dados Estatísticos

	PREÇO	* VARIAÇÃO
Gasolina - Esc/Litro	133,60	-2,55%
Petróleo - Esc/Litro	70,80	2,46%
Gasóleo - Esc/Litro		
Venda nos Postos de Venda	93,30	1,74%
Venda para produção de Electricidade	79,20	2,06%
Venda a Marinha Nacional	64,80	2,21%
Fuel - Esc/Kg		
180	57,50	0,00%
380	50,90	-0,39%
Butano		
Garrafas de 3 Kg	388,00	3,74%
Garrafas de 6Kg	817,00	3,68%
Garrafas de 12,5 Kg	1.702,00	3,72%
Garrafas de 55 Kg	7.489,00	3,71%
Venda a Granel (Kg)	136,20	3,73%

* Variação entre o preço anterior e o preço actual

NOVOS PREÇOS MÁXIMOS A VIGORAR DE 8 DE DEZEMBRO 2009 A 5 DE FEVEREIRO DE 2010								
	ECV/Kg	ECV/L	ECV/L	ECV/L	ECV/L	ECV/L	ECV/Kg	ECV/Kg
	BUTANO	GASOLINA	PETRÓLEO	GASÓLEO	N.GASÓLEO	ELIASÓLEO	MA FUEL 380	FUEL 180
CP	62,44	54,68	44,70	45,31	45,31	45,31	36,90	38,28
CUGSL	37,34	10,84	10,08	9,47	9,50	9,88	5,78	9,68
MMUD	33,07	21,81	12,98	18,38	12,32	9,63	6,07	7,05
IVA	3,32	39,30	3,05	13,17	12,08	0,00	2,19	2,48
Outras Taxas	0,00	7,00	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00
=								
PREÇO MÁXIMO DE VENDA	136,17	133,63	70,81	93,34	79,22	64,82	50,94	57,48
PREÇO MÁXIMO DE VENDA ARR	136,20	133,60	70,80	93,30	79,20	64,80	50,90	57,50

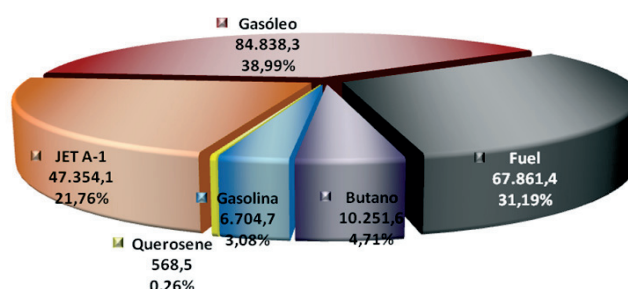
Preços das Embalagens do Butano				
Garrafas	Preço S/IVA	IVA	Preço C/IVA	Preço Arred.
3Kg	378,62	9,46	388,07	388,00
6Kg	797,09	19,91	817,00	817,00
12,5Kg	1660,60	41,47	1702,07	1702,00
55Kg	7306,64	182,48	7489,13	7489,00
Granel (Kg)	132,85	3,32	136,17	136,20

PREÇO ANTERIOR	131,30	137,10	69,10	91,70	77,60	63,40	51,10	57,50
VARIAÇÃO	4,90	-3,50	1,70	1,60	1,60	1,40	-0,20	0,00
VARIAÇÃO %	3,73%	-2,55%	2,46%	1,74%	2,06%	2,21%	-0,39%	0,00%

VENDAS 2009 (MT)

Combustível	Quantidade
Butano	10.251,6
Gasolina	6.704,7
Querosene	568,5
JET A-1	47.354,1
Gasóleo	84.838,3
Fuel	67.861,4
Lubrificantes	1.507,7
Betumes	736,3
Químicos	3,2

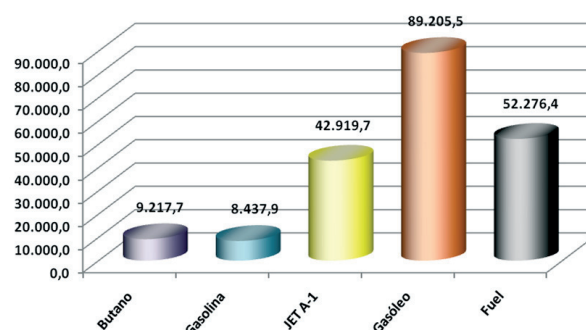
Vendas 2009 (em Toneladas Métricas) - Até Outubro



Importação 2009 (MT)

Combustível	Quantidade
Butano	9.217,7
Gasolina	8.437,9
JET A-1	42.919,7
Gasóleo	89.205,5
Fuel	52.276,4

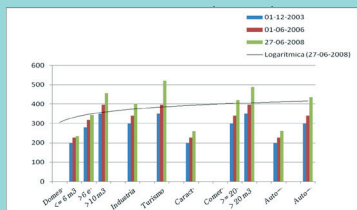
Importação 2009 (em Toneladas Métricas) - Até Outubro



Quadro
Histórico das tarifas de venda pública de Água
Concessionária Electra (2003/2008)

Escalações	Tarifa (ECV/m ³ e IVA)		
	01-12-2003	01-06-2006	27-06-2008
Domestico			
<= 6 m ³	200	226,6	234,07
>6 e <= 10 m ³	280	317,2	343,52
>10 m ³	350	396,5	457,15
Industria	300	340	402,21
Turismo	350	396,5	520,59
Caracter Social	200	226,6	259
Comercio e servico			
<= 20 m ³	300	340	419,84
> 20 m ³	350	396,5	489,61
Auto-Tanques I	200	226,6	261,26
Auto-Tanques II	300	340	436,22

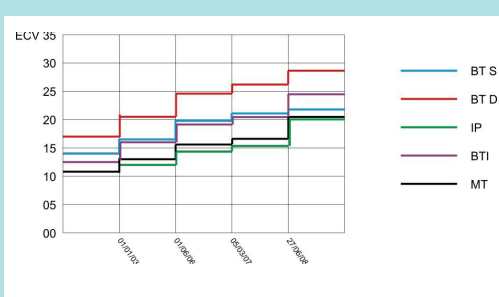
Gráfico



Quadro
Histórico de Evolução de Preços de Electricidade
Evolução das Tarifas Variáveis de Energia (ELECTRA SA)

Escalações	Tarifa (ECV/kWh sem IVA)				
	01-08-1995	01-01-2003	01-06-2006	05-03-2007	27-06-2008
I. Tarifas de baixa tensão					
BT Domestica Social	14,00	16,90	19,80	21,09	21,79
BT Domestica	17,00	20,50	24,60	26,2	28,65
Iluminação Pública	12,00	14,35	15,34	20,04	20,04
Baixa Tensão Industrial	12,50	16,00	19,14	20,45	24,48
II. Tarifa de média tensão	10,80	13,00	15,60	16,61	20,48

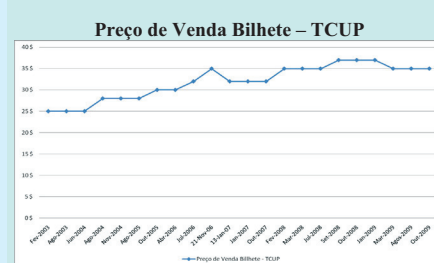
Gráfico



Quadro
Histórico de Evolução de Preços dos TCUP

DATA	VALOR (ECV)	Despacho
4-Ago-2004	28,0	Despacho = n.º 01/2005
17-Out-2005	30,0	Despacho = n.º 04/2005
1-Jul-2006	32,0	Despacho = n.º 04/2006
21-Nov-2006	35,0	Despacho = n.º 12/2006
13-Jan-2007	32,0	Despacho = n.º 02/2007
1-Fev-2008	35,0	Despacho = n.º 01/2008
= 28-Set-2008	37,0	Despacho = n.º 07/2008
= 2-Abril- 2009	35,0	Despacho = n.º 03/2009

Gráfico



Saiba mais



“No âmbito da defesa dos interesses dos consumidores, a Agência de Regulação Económica possui duas importantes competências, nomeadamente, a competência quanto a preços e tarifas e a competência relativa ao relacionamento comercial dos operadores, de acordo com os artigos 11º e 12º do Decreto-Lei n.º 27/2003, de 25 de Agosto.

No tocante a preços e tarifas, compete à ARE, além de estipular tarifas e preços consistentes com as leis e regulamentos aplicáveis, velar pelo cumprimento das normas tarifárias estabelecidas nos contratos de concessão e nas licenças, definir as regras de contabilidade analítica adequadas à separação contabilística das actividades reguladas e, ainda, proceder à aprovação e revisão do regulamento tarifário.

Nesta óptica, e tendo em vista que a informação é a matéria-prima da regulação, a ARE tem tido como uma de suas preocupações fulcrais a divulgação de informações claras e transparentes sobre o processo regulatório, principalmente no que diz respeito aos

mecanismos de fixação de preços e tarifas dos sectores regulados.

Partindo desta filosofia, a ARE, no exercício das suas actividades, vem dinamizando um conjunto de acções com o objectivo de promover uma maior participação de todos os públicos de interesse no grande desafio, que é o de promover a eficiência económica e o equilíbrio financeiro dos sectores regulados, de forma a continuar a assegurar a oferta de serviços de interesse público, em benefício da sociedade.

Já no que tange ao relacionamento comercial entre as entidades reguladas e os consumidores, o artigo 12º do referido Decreto-Lei estabelece que esta relação deve processar-se nos termos da legislação aplicável aos sectores regulados, bem como das bases das concessões e respectivos contratos e licenças. No quadro legal previsto, compete também à ARE proceder à aprovação do regulamento de relações comerciais, assim como às suas revisões, sendo que as entidades reguladas também podem apresentar à Agência de Regulação Económica propostas de revisão do referido regulamento.

Neste domínio, a conclusão dos Regulamentos Comerciais, prevista para 2010, conjugada com o incremento da capacidade de resposta do Gabinete de Comunicação, imagem e Apoio ao Consumidor irá, seguramente, permitir à ARE reforçar o grau de cumprimento destes objectivos, introduzindo maior equilíbrio no processo de regulação.”

Ficha Técnica:

Propriedade:	Agência de Regulação Económica - ARE
Edição:	Gabinete de Comunicação, Imagem e Apoio ao Consumidor
Periodicidade:	Trimestral
Impressão:	Tipografia Santos
Tiragem:	300 exemplares